

**NORMAS****Visão Multivigente****PORTARIA RFB Nº 505, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Publicado(a) no DOU de 31/12/2024, seção 1, página 1090)

Dispõe sobre os critérios para a classificação de pessoas físicas e jurídicas como maiores contribuintes no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

A SECRETÁRIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 350, caput, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela [Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020](#), resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os critérios para a classificação de pessoas físicas e jurídicas como maiores contribuintes, especiais ou diferenciados, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS

Art. 2º A classificação dos maiores contribuintes será realizada com base nos seguintes critérios gerais:

I - para pessoas físicas:

- a) o valor dos rendimentos declarados;
- b) o valor dos bens e direitos declarados; ou
- c) o valor das operações em renda variável; e

II - para pessoas jurídicas:

- a) a receita bruta anual;
- b) o valor declarado de débitos; ou
- c) o valor das operações de importação ou exportação realizadas.

§ 1º A classificação de que trata o caput terá por fundamento:

I - os parâmetros de valores para pessoas físicas e para pessoas jurídicas constantes dos Anexos I e II, respectivamente; e

II - as informações de que dispõe a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, especialmente aquelas relativas ao segundo ano-calendário anterior ao ano objeto de análise.

§ 2º Serão consideradas maiores contribuintes as pessoas jurídicas resultantes de cisão, total ou parcial, de incorporação ou de fusão ocorridas nos dois anos-calendário anteriores ao ano

objeto de classificação, caso as pessoas jurídicas sucedidas se enquadrem nos critérios de que trata o caput.

Art. 3º Para a classificação de que trata o art. 2º, poderão ser considerados também:

I - estudos e análises sobre o potencial econômico-tributário das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, inclusive em relação a seus respectivos setores econômicos;


II - critérios de depuração dos dados disponíveis, para evitar inconsistências; ou


III - outros critérios de interesse fiscal.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º A Coordenação Especial de Maiores Contribuintes editará normas complementares com a finalidade de estabelecer indicadores, metas, critérios de seleção, jurisdição e formas de controle e avaliação específicos para os processos de trabalho ou atividades relacionados às pessoas físicas e jurídicas de que trata esta Portaria.

Art. 5º Ficam revogadas as seguintes Portarias:

I - Portaria RFB nº 5.019, de 21 de dezembro de 2020; e 

II - Portaria RFB nº 390, de 19 de dezembro de 2023. 

Art. 6º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

ADRIANA GOMES REGO

ANEXO I

Critérios gerais para a classificação de maiores contribuintes pessoas físicas

Critério	Pessoa Física Diferenciada	Pessoa Física Especial
Valor dos rendimentos declarados	Maior ou igual a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)	Maior ou igual a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Valor dos bens e direitos declarados	Maior ou igual a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)	Maior ou igual a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)
Valor de operações em renda variável	Maior ou igual a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)	Maior ou igual a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)

ANEXO II

Critérios gerais para a classificação de maiores contribuintes pessoas jurídicas

Critério	Pessoa Jurídica Diferenciada	Pessoa Jurídica Especial
Receita bruta anual	Maior ou igual a R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais)	Maior ou igual a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais)
Valor declarado de débitos	Maior ou igual a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)	Maior ou igual a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
Valor das operações de importação ou exportação	Maior ou igual a R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais)	

*Este texto não substitui o publicado oficialmente.